

JORNADA INTERNACIONAL DOROTHY STANG

07 A 13 DE FEVEREIRO DE 2022

EM DEFESA DA AMAZÔNIA E LEGADO DE DOROTHY
#FORABOLSONARO



No dia 12 de janeiro de 2022, o comitê Dorothy em conjunto com organizações, movimentos sociais, coletivos e lutadores do povo reuniram-se para construir uma atividade em memória ao martírio da missionária Dorothy Stang.

Das proposições surgiu a Jornada Internacional Dorothy Stang que tem como lema: a defesa da Amazônia, o legado de Dorothy e o Fora Bolsonaro - e será realizada nos dias 07 a 13 de fevereiro de 2022.

Essa Jornada tem caráter plural e busca dar visibilidade para as diversas faces e realidades da Amazônia, sobretudo a brasileira, território onde Dorothy Stang sofreu martírio por defender a floresta e sua gente.

Vale lembrar, que os coletivos, movimentos e organizações, que forem desenvolver atividades em consonância com a Jornada podem integrar os GTs do Comitê Dorothy e, ao mesmo tempo, criar os próprios GTs para executar as ações em nível local.

A jornada Internacional contará com organizações políticas e religiosas dos seguintes países: Itália, Estados Unidos, Cuba e Brasil.

Assim como, a participação de movimentos e organizações de vários estados do Brasil: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Pernambuco, Mato Grosso.

COMO SERÁ ORGANIZADA A JORNADA INTERNACIONAL?

Por meio dos grupos de trabalhos e uma Coordenação Geral com a responsabilidade de fazer articulações nacionais, internacionais e institucionais, com intuito de buscar apoio e logística necessária.



GT- Comunicação: produção, articulação e divulgação para todas as mídias a programação e conteúdo da Jornada;

GT- Sistematização: responsável em coletar as atividades de todos os grupos, organizações, países, estados; organizar e divulgar a programação. Após a organização das atividades repassar para a equipe de comunicação;

GT – Celebração Inte-religiosa: articular e preparar a Celebração Inter-religiosa a ser realizada no dia 12 de fevereiro.

GT- Memória Arte e Cultura: articular com os estados Pará, Maranhão, Amazonas e países presentes, organizar e coordenar as ações artístico-culturais da Jornada.

*Os grupos de trabalhos são descentralizados e podem funcionar na capital - Belém e em outros locais onde acontecerá as atividades.

*Cada grupo, movimento, coletivo, tem a autonomia para criar os GTs.

Dentre as atividades a serem propostas estão:

1. Lives-Debates: Proporcionará debate com temas relacionados à Amazônia, a conjuntura política e conflitos agrários, crise econômica, discursos negacionistas, desigualdades, violência policial;

2. Memória e cultura: intervenções artísticas culturais, teatros, danças, prosas, leitura das cartas de Dorothy, apresentação de filmes, músicas, etc.

3. Celebração Inter-religiosa: com participação de lideranças religiosas, grupos e movimentos dos vários estados e países...

Cada grupo pode organizar e adaptar a sua realidade e possibilidades essas atividades. Assim como, ter a autonomia para realizar outras.

1. Será produzido um documento final assinado por organizações participantes, denunciando e cobrando providências sobre os casos de assassinatos no campo.

POR QUE REALIZAR UMA JORNADA?

Há décadas lutamos contra a violência generalizada no campo e na cidade. O contexto de desigualdade, violência, negacionismo, degradação ambiental, assassinato de ativistas, indígenas e lideranças. Apesar de ser um problema em nível nacional e antigo, foi agravado especialmente durante o governo Bolsonaro, portanto, se faz necessário e urgente, neste momento fazer um movimento ampliado em defesa da Amazônia e fortalecer o Fora Bolsonaro. Partindo dessa conjuntura, se faz oportuno realizar a Jornada Internacional Dorothy Stang, pois:



Na Amazônia o tema dos assassinatos no campo tem sido objeto de estudos e denúncias de órgãos e entidades, com atenção especial aos casos de indígenas, quilombolas e trabalhadores sem-terra são alvos dos grandes empreendimentos. Segundo dados da CPT (2021), CIMI (2020), SDDH (2021) as categorias que sofreram essa **violência**, 54,5% do total foram de indígenas. 11,8% foram de famílias quilombolas e 11,2% de posseiros.

A Jornada Internacional Dorothy Stang elencou em **três eixos** prioritários para nortear os debates, denúncias e ações, que segundo dados Parciais dos Conflitos no Campo (CPT, jan. 2022). Referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de agosto de 2021. Com exceção das categorias de assassinatos e de mortes em consequência, que dizem respeito às violências contra a pessoa, e que aqui apresentamos as ocorrências até o presente momento.

A VIOLÊNCIA E ASSASSINATOS AOS POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS

Em 2021, foram registrados até o momento 26 assassinatos relacionados a conflitos no campo. Comparado com todo ano de 2020, já representa um aumento de 30% de assassinatos no campo. Das 26 vítimas de assassinatos, 8 eram indígenas, 6 sem-terra, 3 posseiros, 3 quilombolas, 2 assentados, 2 pequenos proprietários e 2 quebradeiras de coco babaçu. 103 mortes em consequência foram registradas até o momento em 2021, representando um aumento de 1.044%. 101 foram de indígenas Yanomamis. Destes, 45 eram crianças. (Relatório Conflitos no campo, CPT, 2021).

Nas últimas quatro décadas, 62 trabalhadores rurais e lideranças foram assassinadas no município em conflitos pela posse da terra. Em nenhum dos casos houve julgamento de algum responsável pelos crimes, portanto, a taxa de impunidade é de 100%. Até o momento, não temos informações se o crime tem motivação agrária, caberá à Polícia do Pará esclarecer as reais motivações da chacina. Apenas no estado do Pará, nas últimas quatro décadas, a CPT já registrou 29 massacres com 152 vítimas. No mesmo período, 75 lideranças foram assassinadas no sul e sudeste do Estado". (CPT, Nota Publica /2022).

Por meio do Decreto Estadual n.º 1.684/2021, o governo do Pará permite dar um desconto de R\$ 6,7 bilhões na privatização de terras estaduais. Na prática essa medida beneficiará ainda mais quem cometeu os crimes de invasão e desmatamento de florestas públicas – que já podia obter a posse das áreas por um preço muito baixo de mercado. Com isso, o estado que mais desmata na Amazônia incentiva a continuidade da destruição da floresta. Os pesquisadores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) ao selecionar 5.450 imóveis rurais de 100 a 250 hectares, consideradas sem uso definido, ou seja que ainda não foram oficializadas como territórios quilombolas, unidades de conservação ou até mesmo privatizadas; essas terras sem destinação são as preferidas dos grileiros e de pessoas que invadem e desmatam ilegalmente florestas públicas para obter a posse das áreas e, depois, lucrar com a venda delas. Isso certamente se agravará a violência no campo. E diga-se de passagem que dos 9 estados que integram a Amazônia Legal, apenas o Pará foi responsável por 40% dos alertas de desmatamento de janeiro a novembro de 2021. (IMAZON, jan., 2022).



TERRITÓRIOS DOS POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DA FLORESTAS VIOLADOS

Foram registrados 1.191 casos de violência praticadas contra o patrimônio dos povos indígenas em 2020. Os dados desse capítulo estão sistematizados em: omissão e morosidade na regularização de terras (832 casos); conflitos relativos a direitos territoriais (96 casos); e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (263 casos registrados). (Violência Contra o Patrimônio” – CIMI - 2021).

No domingo (09/01), os corpos de José Gomes, o Zé do Lago, sua esposa Márcia Nunes e sua filha Joane Nunes, foram encontrados na propriedade da família, em São Félix do Xingu (PA). A família já residia no local há mais de 20 anos, desenvolvia trabalhos de preservação da floresta e mantinha um projeto de reprodução de tartarugas. Eram conhecidos e reconhecidos pelo trabalho ambiental que faziam. A terra ocupada por eles está em área de jurisdição do ITERPA e inserida na APA Triunfo do Xingú, uma área de preservação com mais de 1,5 milhões de hectares. (Nota Pública - CPT, SDDH, jan.,2022).

O professor Isac Tembê, de apenas 24 anos, no dia 12 fevereiro de 2021, foi assassinado por policiais ao sair para caçar em seu território na Terra Indígena Alto Rio Guamá, em Paragominas, no nordeste do Pará. (CIMI, 2021).

Os nossos Biomas estão sendo devastados pelo fogo. Até o dia 22 de outubro de 2021, foram registrados 89.602 focos de calor no bioma, ultrapassando os 89.176 do ano anterior, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe, 2021).

Os dados de desmatamento e queimadas nesses territórios tradicionais e os relatos dos indígenas indicam uma relação entre o aumento da presença de invasores com um aumento da retirada de mata e focos de fogo, que ameaçam os povos indígenas do Xingu”. Das 5 Terras Indígenas que mais queimaram em setembro 2022 no Pará, quatro estão na bacia do rio Xingu, somando 83% dos focos nesse tipo de área no estado. As Tis Kayapó do povo mebêngôkre kayapó) **Apyterewa** (dos **parakanã**), **Cachoeira Seca** (dos **arara**) e **Trincheira Bacajá** (dos **xikrin**) têm também altos índices de desmatamento: em 2019, estavam nas primeiras posições, em toda a Amazônia. (InforAmazonia,2021).

Segundo dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib, 2020), mais de 43 mil indígenas foram contaminados pela Covid-19 e pelo menos 900 morreram por complicações da doença no ano de 2020. Em **2020, 182 indígenas foram assassinados** – um número 61% maior do que o registrado em 2019, quando foram contabilizados 113 assassinatos.

A "invasão" do rio Madeira por garimpeiros ilegais ocorrido no mês de novembro deve-se a uma conjunção de fatores como: aumento no preço do ouro, queda na fiscalização ambiental, discursos e ações governamentais simpáticas à atividade e facilidade para "esquentar" o ouro ilegal. Por isso, a categoria Garimpeiro passou de 3% em 2020 para 6% em 2021. O salto desta categoria também foi registrado em "Conflitos pela Água", tendo passado de menos de 1%, em 2020, para 5% em 2021. (BBC- News Brasil, 2021)



RESISTENCIA DOS POVOS NA AMAZÔNIA...

As ações de resistência dos povos, comunidades tradicionais e movimentos sociais, voltaram a subir após o primeiro ano de pandemia. O número de famílias em ocupações e retomadas registrado em 2021, teve um aumento de 558,57%, passando de 519 para 3.418, o que já corresponde a mais que o dobro do número total de famílias registrado em todo o ano de 2020 (1.391).

Nos primeiros oito meses de 2021 foram registradas 1278 "Manifestações de Luta", com a presença de 360.781 pessoas. No mesmo período de 2020 foram 768 Manifestações de Luta, um aumento de 66,40%. As Manifestações de Luta que abordaram a Questão Indígena tiveram um aumento de 146% em comparação com 2020. De janeiro a agosto de 2020 foram registradas 46, já no mesmo período de 2021 foram registradas 113 Manifestações de Luta com essa temática. (CPT, 2022).

O que preocupa os movimentos e entidades de direitos humanos são as limitações dos órgãos de segurança pública do Estado em esclarecer as responsabilidades e causas de muitos assassinatos ocorrido no campo paraense. Em maio de 2021, a CPT e SDDH apresentaram à SEGUP, uma relação de 09 lideranças camponesas, assassinadas entre 2017 e 2021 apenas nas regiões sul e sudeste do Estado em que os crimes não tinham sido ainda esclarecidos e os responsáveis identificados e punidos. O Secretário de Segurança Pública solicitou 15 dias para dar uma resposta, mas, passados oito meses, nenhuma resposta foi dada. Entre os casos relacionados está o de Fernando dos Santos Araújo, assassinado em 26/01/2021, na fazenda Santa Lúcia, município de Pau D'Arco. Ele era um dos sobreviventes e testemunha chave do massacre de Pau D'Arco, crime ocorrido em 24 de maio de 2017. Quase um ano depois do homicídio, o delegado que presidiu as investigações concluiu o inquérito sem esclarecer as causas que motivaram o crime.

Duas representações foram protocoladas com relação ao caso, pela SDDH, cobrando providências. A primeira à Secretaria de Segurança do estado do Pará (SEGUP), ainda na segunda-feira, a segunda foi protocolada na manhã de hoje (13) à Procuradoria Geral do Estado.

No mesmo documento, as entidades apresentaram também uma relação de 08 mandados de prisão preventiva, decretados contra executores e mandantes de assassinatos no campo, que se encontram foragidos. Nesse período, apenas um mandado foi cumprido. Entre os foragidos estão: o fazendeiro Marlon Lopes Pidde, mandante da chacina de 05 camponeses, crime ocorrido em 27/09/1985, no município de Marabá (PA). Em Júri ocorrido em 08/05/2014, Marlon foi condenado a 130 anos de prisão, mas nunca foi preso para cumprir a pena. Outro caso apresentado foi do fazendeiro José Rodrigues Moreira, mandante do assassinado do casal de extrativistas José Claudio e Maria, crime ocorrido em 24 de maio de 2011, no município de Nova Ipixuna (PA). Condenado a 60 anos de prisão em julgamento ocorrido em 06/12/2016, José Rodrigues nunca foi preso para cumprir a pena.



A Marcha dos Povos Indígenas, com o tema em junho de 2021 com o tema - “Resiliência e luta pela (R)Existência e Vida Plena” contou com mais de 450 indígenas na porta do Ministério Público Estadual, eles cobraram ações de políticas públicas para seus povos e, em seguida, marcharam, mesmo debaixo de chuva, para o Palácio do Governo, onde uma comitiva dialogou com o vice governador. (CIMI/APIB, 2021).

A conjuntura nos instiga a darmos as mãos, povos do campo, da cidade, homens, mulheres, jovens, crianças, para defender a Amazônia, que é também manter o legado de Dorothy uma vez que ela sempre nos lembrava com sua voz mansa **A morte da Floresta é o fim da nossa vida.**

E defender a floresta é defender também os povos que vivem nela. Por isso, nessa ciranda estão não apenas instituições religiosas, mas diferentes movimentos e coletivos que atuam junto à luta do povo.

Por vários motivos que já foram colocados essa jornada apresenta um caráter ecumênico, religioso, político e ao mesmo tempo de cobrar do Estado providências diante da omissão, negligência e impunidade, frente a assassinatos de ambientalistas, defensores e defensoras de direitos humanos, na Amazônia de modo geral, no estado do Pará em particular.

QUAIS EIXOS DEVERÃO ORIENTAR A ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES LIGADAS À JORNADA?

Eixos:

- 1. Violência e assassinatos no campo desde o martírio de Dorothy Stang** (a realidade da Amazônia nesse aspecto, dados, análises, aspectos jurídicos, grilagem, venda de terras públicas)
- 2. Territórios violados: a situação indígena, quilombola, ribeirinhos** (seus territórios invadidos por garimpos, grandes empresas, queimadas, agronegócio, mineração)
- 3. Martírio, memória e resistência na Amazônia** (falar do legados de muitos mártires e dar ênfase às experiências de resistência na Amazônia, o que estamos fazendo para enfrentar os ataques à Amazônia e defendê-la)

QUERO PARTICIPAR OU ORGANIZAR UMA ATIVIDADE COMO DEVE PROCEDER?

- A jornada tem caráter plural, qualquer organização social, religiosa, coletivos, comunidades, movimento social ou partido político ou indivíduos, pode organizar uma atividade durante este período afinado com o objetivo da Jornada Internacional e comunicar ao GT de sistematização para que seja incluída na programação geral.

Disponibilizamos um link para que seja alimentado por essas informações. (https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfs0gQN4z2JtdR64AjXqoFarj-MLGcYotZFCjc9JfwFJv2XFW/viewform?usp=sf_link).



- É importante considerar os eixos propostos, garantido que a memória de Dorothy e a defesa da Amazônia sejam priorizados. Essas atividades podem ser presenciais ou virtuais, celebrações, missas, intervenções artísticas, atos políticos, encontros, seminários, lives.

- As atividades podem ser feitas em qualquer localidade. Então, organize uma atividade, mobilize sua comunidade, seu bairro, sua cidade, seu coletivo e nos informe para podermos colocar na Programação Geral.

- Para participar das atividades que serão realizadas em Belém ou a partir do Comitê Dorothy entre em contato com a coordenação Geral.

ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES:

Comitê Dorothy Stang

MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra- PA

SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

CPT- Comissão Pastoral da Terra

Fraternidade Emaús

CAIC- Conselho Amazônico de Igrejas Cristãs

CRB- Conferência dos Religiosos do Brasil

CIMI- Conselho Indigenista Missionário- Norte 2

CEBI-Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos

Serviço Internacional Cristão Dom Oscar Romero.

Tapajós de Fato

Movimento Tapajós Vivo

Movimento de Mulheres da Transamazônica

COMUNEMA

Movimento Nacional União por Moradia Popular

Centro de Direitos Humanos Padre Josimo.

Preferência Apostólica Amazônia – PAAM

Centro MAGIS Amazônia

Coletivo Miri

NEA – IFPA Castanhal

GMSECA/UEPA

Pastoral da Juventude – Diocese de Marabá

Instituto Zé Claudio e Maria

MMCC- Movimento de Mulheres do campo e da Cidade- Pa

Movimento Xingu Vivo

Coletivo de Mulheres do Xingu

Fundação Viver, produzir e preservar

Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade

UIT - QI (Unidade Internacional de trabalhadoras e trabalhadores - Quarta Internacional)

CST/PSOL (Corrente Socialista de trabalhadoras e trabalhadores)

Juventude vamos à luta

Núcleo Apostólico João Pessoa e Recife Jesuítas

Gocce di Giustizia - Itália



CENHAMAR- Centro de Educação Neo humanista de Anandamarga
SECDH/ PMB - Secretaria Extraordinária de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura de Belém
Mani Carimbó- SP
Ação Popular Socialista (APS-PSOL)
Instituto Idade Mídia – Comunicação para a cidadania
FAOR – Fórum da Amazônia Oriental
Comitê Zé do Lago Vive
Projeto Agroflorestal Morada Cabana



 **dorothystangpa**

 **comitedorothy**

 **+55 91 983322501 - Alcidema**
+55 91 991327560 - Ingridy

